

## ENTREVISTA COM O ESCRITOR ARIANO SUASSUNA

Entrevista realizada no dia 25 de Outubro de 2007 – São Luis – Maranhão,  
elaborada

por Cláudia Leitão<sup>1</sup> e intermediada por Fabiano dos Santos

**Fabiano dos Santos:** De que forma você chegou ao Conselho Federal de Cultura?

**Ariano Suassuna:** Eu não sabia que existia o Conselho Federal de Cultura. Estava lá, no nordeste, quando recebi um telegrama do Ministro, naquele tempo, o Ministro da Educação e Cultura, que me comunicava a fundação do Conselho, e me dizia que eu tinha sido escolhido para representar a área do Teatro. Era um tempo muito difícil, havia um relacionamento muito difícil da cultura com o Governo. Eu estava já pensando em criar o Movimento Armorial e tinha sido convidado pelo reitor da Universidade Federal de Pernambuco, que era um amigo, Dr. Murilo Guimarães, para ser diretor do Departamento de Extensão Cultural. Eu vivia uma situação curiosa, porque eu tinha me oposto ao primeiro Governo Arraes. Eu sou de esquerda, mas não sou marxista. E, naquela época, estava começando uma separação radical entre católicos de esquerda e marxistas. Por causa disso, eu discordei do Governo Arraes, mas nunca fui incomodado pelo regime militar. Sendo um católico de esquerda, pude, de uma maneira astuciosa, gozar de uma ‘imunidade’. Assim, consegui continuar a falar em Cultura Brasileira, em geral, porque a categoria Cultura Popular estava revogada. Quando veio o movimento militar, fecharam os movimentos de cultura popular e os centros de cultura. O Movimento de Cultura Popular do Recife foi pioneiro nessa linha. Eu fui o fundador do Movimento de Cultura Popular, ainda no Governo João Goulart e Miguel Arraes, lá no Recife. Discordei do Movimento porque eles faziam um teatro excessivamente engajado e eu era, como ainda sou, contrário a isso. Achava que o teatro excessivamente engajado prejudica a idéia que ele quer difundir e prejudica o próprio teatro. Quando recebi o convite para o Conselho Federal de Cultura, fui conversar com Dom Hélder Câmara e pedir sua opinião, se eu aceitaria ou não. Comecei a esconder, na minha casa, nesse período, gente que era ligada à cultura e estava sendo perseguida, e Dom Hélder sabia disso. Então, ele me disse: ‘Ariano, aceite. Aceite por que você pode prestar um serviço bom à cultura, pertencendo lá ao Conselho Federal de Cultura, e pode ajudar nossos amigos ainda mais, porque você vai ficar com mais força’. Aí eu aceitei. Passei mais ou menos uns quinze dias antes de responder, pois eu consultei outros amigos: o Ermilo Borba Filho, o Gaston de Holanda e o Aluizio Magalhães. Ao mesmo tempo em que eu queria conseguir verbas para a cultura de Pernambuco, para as manifestações culturais de Pernambuco, eu queria também intensificar um pouco a minha ação na defesa da Cultura Popular e na defesa desses amigos que estavam sendo perseguidos.

**Fabiano dos Santos:** Exatamente em que ano que isso aconteceu?

---

<sup>1</sup> Professora dra. do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: [claudiasousaleitao@yahoo.com.br](mailto:claudiasousaleitao@yahoo.com.br)

**Ariano Suassuna:** Acho que 1967, no fim do Governo Castelo Branco. Foi ele que me escolheu e fui nomeado por ele.

**Fabiano dos Santos:** O que significou para você essa participação? Você considera que os conselhos foram historicamente importantes para as políticas públicas de Cultura no país ou limitaram-se a propor políticas circunstanciais de Governo?

**Ariano Suassuna:** Olhe, eu não gosto de participar de colegiados. Foi outra coisa que me levou a viver essa experiência. Parece que eu sou meio autoritário ou, pelo menos, individualista. Eu não tenho muito um temperamento participativo. Não sei se é pelo escritor ou é pelo meu jeito individualista, meio independente, habituado aos atos mais solitários. Mas eu via, por exemplo, no Conselho, a oportunidade de realizar mudanças. O Conselho tinha uma vantagem: tinha dinheiro. Então eu vou lhe dar o exemplo da minha participação no Conselho. Existia, em Pernambuco, uma casa do século XIX, um casarão belíssimo. Esse casarão estava em ruínas e, então, o governador Paulo Guerra desapropriou esse casarão pra transformá-lo na sede da Academia Pernambucana de Letras. Faltava dinheiro pra restaurar, aí eu, no Conselho, consegui essa verba. Hoje, ao meu ver, é a mais bela Sede de Academia no Brasil todo, que pertenceu ao Barão Rodrigues Mendes, e é uma obra de arte que eu tenho orgulho de ter contribuído pra salvar para o Recife. Outra coisa. Eu tenho um concunhado que é militar e exercia nessa época o cargo de comandante da Polícia Militar. Um dia ele chegou junto a mim e disse: ‘Ariano, como eu sei que você tem interesse por essas coisas, eu vim lhe avisar que o Governo vai derrubar a casa de detenção. A antiga casa de detenção do Recife é um prédio lindo, extraordinário, de autoria de um grande arquiteto pernambucano do século XIX chamado Mamede Ferreira. Ele é autor do Ginásio Pernambucano, da Assembléia Legislativa, do Cemitério do Santo Amaro e foi também o arquiteto que ergueu essa casa de detenção, que parece um castelo, uma coisa linda, um misto de castelo barroco, de fortaleza barroca e de um prédio brutalista moderno. Pois bem, então ele me deu a notícia que o governador ia transferir os presos para uma prisão moderna que tinham construído e iam dinamitar esse prédio para fazer um estacionamento de automóveis. Aí eu estava no Conselho e fiz um apelo ao presidente, que era, aliás, um maranhense: Josué Montello. Eu apresentei o projeto de desapropriação da casa para salvá-la, instalando nela a Casa de Cultura do Recife. O projeto foi aprovado por unanimidade. O presidente Montello disse: ‘Redija a carta pro governador’. Aí eu redigi a carta, ele assinou e eu fui levar pessoalmente lá. Quando cheguei, disse até em tom de brincadeira para o governador: ‘Olhe, aquilo é um prédio tão lindo, que eu vou dizer uma coisa: se eu fosse governador eu transferia os presos para o Palácio do Governo, que é muito feio, e ia morar ali (risos)! Aí ele achou graça e disse: ‘Pode ficar tranquilo que não derrubo’. Não derrubou, mas não restaurou. Na gestão seguinte, eu fiz um pedido ao novo governador, Eraldo Gueiros, poucos dias depois dele assumir. Ele foi assistir um concerto do Quinteto Armorial. Quando terminou, e eu estava falando sobre o concerto, contei essa história e fiz um apelo para ele restaurar. Ele assumiu

comigo o compromisso e restaurou. Então a Casa da Cultura do Recife deve sua existência ao Conselho. Sua ação foi fundamental pra salvar aquele belo prédio.

**Fabiano dos Santos:** Mas o Conselho Federal de Cultura desenvolvia políticas de Estado para a área da cultura?

**Ariano Suassuna:** Nessa época, não havia essa distinção entre políticas de Estado e de Governo, porque se tratava de um governo autoritário, está entendendo? Então eu não me perguntava sobre isso. A indagação que eu me fazia era se eu participava ou não dele. Havia uma confusão entre Governo e Estado. Eu sei que minha participação implicava certas concessões, mas eu avaliei que o resultado no geral era positivo. Eu também consegui verba para restaurar, com o apoio do Conselho, o Teatro Amador de Pernambuco, que havia sofrido um incêndio. De maneira que eu acho que valeu a pena.

**Fabiano dos Santos:** Naquele período, o que se discutia na Câmara das Artes do Conselho? Que papel tinha o Conselho Federal para os Governos Federal e Estaduais?

**Ariano Suassuna:** Olhe, eu pertencia à Câmara das Artes, cujo presidente era Clarivaldo Prado Valadares. Era o presidente e eu (pausa). Ele foi presidente um tempo, depois foi Andrade Murici, que era um crítico musical e literário muito bom, um grande especialista no movimento simbolista brasileiro. Ele muito me ajudou, também porque era irmão do General Murici e, por intermédio dele, eu protegi muita gente lá, inclusive meu fraterno amigo Paulo Freire. Na Câmara das Artes a gente discutia muito sobre a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Num certo momento, eu fiz duas manifestações no Conselho: uma contra a censura –embora não tenha obtido êxito- mas, pelo menos, ficou registrada a posição do Conselho. Se eu não me engano, aconteceu, em função da proposta de um filme de um paraibano, sobre o qual eu fiz um pronunciamento, chamado ‘O País de São Saruê’, que foi considerado subversivo e proibido. Eu fiz um apelo no Conselho que foi acatado. Depois eu apresentei uma moção, afirmando que a censura sobre o filme não poderia ser nem proibitiva, nem aleatória. A censura só pode ser declaratória, podendo declarar a relação entre a obra de arte e os diversos públicos aos quais a obra se dirige. Eu ainda hoje penso assim. Na obra de um artista, você não tem o direito, nem o Estado, nem ninguém tem o direito de intervir. O artista tem o direito de fazer. Outra coisa, o Estado não tem o direito de proibir essa obra, não tem o direito de mutilar, cortar partes, mas, sim, definir marcos regulatórios. Então, o Conselho apresentou a minha moção nesses termos, que não foi aceita, não (risos). Retiramos a moção do Ministério da Justiça para o Ministério da Educação, que também não nos apoiou.

**Fabiano dos Santos:** Quais eram as diretrizes do Conselho Federal de Cultura naquele período? Havia clareza nas políticas de cultura? Como era a concepção

de cultura do Conselho na época? Que objetivos o Conselho buscava alcançar? Havia diretrizes a serem seguidas?

**Ariano Suassuna:** Havia. Havia discussões internas e discordâncias mas, de um modo geral, havia uma determinação de todos no sentido de valorizar a cultura. E valorizar a cultura durante o movimento militar não era tarefa fácil, em função das visões economicistas de então. A maior diretriz era a valorização da cultura e o maior objetivo era o de mostrar a importância do valor cultural diante do econômico. Nesse aspecto, possuíamos até uma certa unanimidade e coerência.

**Fabiano dos Santos:** Mais havia clareza nas políticas de cultura? Ou seja, o Conselho discutia qual era a política de cultura para o país?

**Ariano Suassuna:** Não, não.

**Fabiano dos Santos:** Discutiam-se somente projetos pontuais ...

**Ariano Suassuna:** Não. Não era tanto assim não, mas na época também a gente, exatamente por medo de um totalitarismo cultural, procurava muito apoiar a liberdade da criação, a liberdade da invenção. Achávamos que havia uma intervenção do Estado e tínhamos medo que o Estado pudesse intervir no sentido de ‘orientar’ a cultura.

**Fabiano dos Santos:** Hoje se fala muito na questão da diversidade cultural, uma diretriz, digamos assim, do Ministério da Cultura na gestão do ministro Gilberto Gil. Naquela época, essas questões eram tratadas? A questão da diversidade cultural brasileira? A questão da cultura erudita? Da cultura popular?

**Ariano Suassuna:** A Cultura Popular era percebida com desconfiança pelo Governo.

**Fabiano dos Santos:** Talvez em função da própria expressão “popular”...

**Ariano Suassuna:** Era, era. Por isso eu insistia muito na importância da cultura popular. Acho que a Universidade de Pernambuco, durante o regime militar, era o único lugar onde se podia falar da importância da cultura; onde nós, que fazíamos cultura dávamos ênfase à cultura brasileira. Os economistas nos acusavam de sermos nacionalistas estreitos e radicais, enquanto eles eram a favor da internacionalização, está entendendo? O regime militar teve muito isso, e é uma coisa que se esquece. A questão da aproximação com os Estados Unidos, por exemplo. Quem se colocasse culturalmente contra os Estados Unidos era acusado de comunista, o que era uma coisa perigosíssima.

**Fabiano dos Santos:** Como se deu o convite para participar do Conselho Estadual de Cultura em Pernambuco?

**Ariano Suassuna:** Por influência do Conselho Federal de Cultura resolveu-se criar o Conselho Estadual de Cultura em Pernambuco e em outros estados. Em Pernambuco, especialmente pela influência de Gilberto Freire, que pertencia ao Conselho Federal de Cultura e de quem eu discordava muitas vezes, e o que me levou mais tarde a sair do Conselho Federal de Cultura. Depois eu conto sobre isso (risos).

**Fabiano dos Santos:** Está certo (risos), mas agora eu fiquei curioso. Que papéis tinha esse Conselho Estadual no período em que você fazia parte como membro dele? Há uma grande diferença entre o papel de um conselheiro naquele exercício e seu papel hoje?

**Ariano Suassuna:** Como eu disse a você, não tenho temperamento muito colegiado. Por isso é que saí do Conselho Federal de Cultura e saí do Conselho Estadual de Cultura, quer dizer, eu comecei a achar que não estava mais valendo a pena eu participar. No primeiro momento eu achei que a minha participação era positiva porque, apesar de saber que havia alguns aspectos negativos, eu achava que podia prestar um serviço.

**Fabiano dos Santos:** Qual foi o período que ficou no Conselho Federal? O senhor lembra?

**Ariano Suassuna:** De 67 até 72/73, por aí. Participei de vários embates nesse período. Lembro de um prefeito do Recife que resolveu derrubar um bairro antigo para fazer uma avenida que, no meu entender, levava de nada a coisa nenhuma, com a desculpa de facilitar o trânsito. Ainda hoje essa avenida está lá. E tinha entre outras coisas, uma igreja do Século XVIII, igreja dos Martírios.

**Fabiano dos Santos:** Como era o nome do bairro?

**Ariano Suassuna:** São José. Pois bem, aí, ele mandou derrubar, mas o bairro era tombado pelo Patrimônio Histórico.

**Fabiano dos santos:** Tombamento nacional?

**Ariano Suassuna:** Sim, a igreja, em especial. Então, naquela época uma obra tombada só podia ter o seu tombamento cancelado por ordem do Presidente da

República. Então, eu, no Conselho Estadual de Cultura, junto com os demais conselheiros, tomamos posição. Nesse momento o presidente era Gilberto Freire.

**Fabiano dos Santos :** Do Conselho Estadual?

**Ariano Suassuna:** Do estadual. Nós tomamos posição contra a derrubada porque a igreja era tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Tomamos posição contra a derrubada e o prefeito tomou como questão de honra derrubar. Naquele tempo, qualquer oposição era considerada comunismo. Fomos acusados de comunistas, que a gente estava lá atrapalhando o trabalho dele. O prefeito fez então um pedido direto ao Presidente da República pra cancelar o tombamento.

**Fabiano dos Santos:** Na época, quem era o Presidente?

**Ariano Suassuna:** Acho que era o Médici. O presidente resolveu mandar o assunto pro Conselho Federal de Cultura. As reuniões eram mensais. Eu passava, todo mês, uma semana no Rio. Quando eu estava às vésperas de uma reunião, o prefeito foi lá em minha casa pra me dizer que o pai dele tinha sido muito amigo de meu pai, que o presidente da República lhe havia dito que a deliberação final seria do Conselho Federal da Cultura e que, por isso, queria pedir o meu apoio no Conselho. Eu me lembro que disse a ele: ‘ Senhor prefeito, meu pai era político, tinha muitos amigos; se o pai de todos os amigos que ele tinha derrubasse uma igreja, então não ia ficar mais igreja nenhuma de pé no Brasil’ (risos). Disse ainda a ele que minha posição, até então, era contrária, mas uma vez que o Presidente da República nos colocou, a nós do Conselho Federal, como árbitros, como juízes, então eu iria examinar seu argumento assim como examinaria os argumentos do Patrimônio Histórico, votando de acordo com minha consciência. Fiquei até com muita raiva porque, na hora da saída, no portão da minha casa, ouvi do assessor que o acompanhava: ‘Mas prefeito, repare a rua do homem! Com uma categoria dessa e não está calçada... Precisamos cuidar disso imediatamente’. Aí eu fiquei com ódio! Além de me considerar subornado! Estava me avaliando com preço baixo! Eu me vender pelo calçamento, que eu era até contra, inclusive... (risos) Viajei pro Rio, pra reunião do Conselho e mantive minha posição. Bom, agora eu vou fazer uma coisa feia, embora isso esteja documentado, inclusive pelos jornais, e pode ser verificado. Eu vou ter que discordar publicamente desse ato de uma pessoa que não é mais viva, Gilberto Freire.

**Fabiano dos Santos:** Ele também era do Conselho Federal?

Ariano: Ele era da Câmara do Patrimônio Histórico e eu era da Câmara das Artes. Aí o presidente do Conselho, como já disse, que era Josué Montello, apresentou na primeira reunião o problema. Disse que o Presidente da República tinha

recebido uma solicitação do prefeito do Recife, que tinha dito que ia ouvir o Conselho e que, de acordo com o Conselho, ia tomar sua decisão. Bom, aí o Presidente disse: ‘Nesse caso, então, eu peço que as câmaras se pronunciem, antes da gente fazer a reunião plenária. Eu vou pedir o depoimento dos dois Conselheiros de Pernambuco- Ariano Suassuna e Gilberto Freire- pra gente então se manifestar’. Aí eu disse: ‘Estamos vitoriosos!’ Que eu e Gilberto, todos dois, tínhamos tomado posição no Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco contra a derrubada. Bom, aí dei meu depoimento e depois de mim foi a vez do Gilberto, mas eu não ouvi nem o meu e nem o dele, quer dizer, o meu eu ouvi, é claro(risos). Não ouvi, foi o dele. Quando a gente foi para o plenário, o presidente querendo conciliar, disse: ‘Olhem, nós estamos aqui numa situação curiosa, por que o conselheiro Ariano Suassuna deu parecer contra e o Conselheiro Gilberto Freire deu parecer a favor, então eu sugiro que a gente mande para o presidente as duas sugestões’. Aí eu disse: ‘Esperem aí, eu discordo. Você mesmo acaba de dizer que o Presidente da República mandou consultar o Conselho e aí o Conselho manda dois pareceres que são o contrário!’ Ele disse: ‘Mas eles são complementares’. Eu disse: ‘Não são, não. A minha proposta salva a igreja e a do conselheiro Gilberto Freire, derruba. Eu peço, como sempre tenho feito que, quando exista discordância aqui, nós coloquemos em votação as duas propostas’. Aí as duas propostas foram votadas. A minha ganhou por unanimidade e o Gilberto Freire não teve coragem de tomar posição, que contradiria toda a obra dele, entendeu? Mas depois é que eu entendi. Do mesmo jeito que o prefeito foi na minha casa, também tinha ido na casa dele, e ele se dobrou. Mas, ganhamos por unanimidade, inclusive com o voto de Gilberto Freire do Patrimônio Histórico. Pois bem, aí Gilberto Freire foi por trás e mandou o comunicado dele, a proposta dele, para o Presidente da República.

**Fabiano dos Santos:** Que acabou recebendo os dois?

**Ariano Suassuna:** É, exatamente. Pois bem, só depois que eu entendi. O Governo estava querendo atender ao prefeito por ligações políticas. Então, ele mandou para o Conselho para que o Conselho referendasse, pois era o que ele queria. Mas a minha posição impediu. O Conselho então mandou seguir.

**Alexandre Nóbrega:** Mas a ação foi contrária à conclusão do Conselho.

**Ariano Suassuna:** Contrária, foi unânime.

**Fabiano dos Santos:** O presidente tinha esse poder?

**Ariano Suassuna:** Tinha o poder.

**Fabiano dos Santos:** Aí, como ficou?

**Ariano Suassuna:** Ficou assim. Gilberto chegou depois e disse: ‘Eu duvido que não derrubem’. Eu disse: ‘Não duvido não, está certo. Agora, aqui eu não fico mais um dia’. O Patrimônio Histórico me fez um elogio e eu tenho tudo isso documentado.

**Fabiano dos Santos:** Tudo isso foi à imprensa?

**Ariano Suassuna:** Sim, sim. O Patrimônio Histórico deu uma nota oficial mostrando inclusive que tinha sido uma proposta minha, que tinha sido aprovada por unanimidade, inclusive com voto de Gilberto Freire, mas ele...

**Fabiano dos Santos:** Como é que ficou Gilberto Freire diante da imprensa pernambucana?

**Ariano Suassuna:** Ficou muito mal, muito mal. Não pela imprensa que tinha medo dele, mas para o Patrimônio Histórico ele ficou sujo completamente. Aí a gente ainda lutou, lutou...

**Fabiano dos Santos:** É mesmo um comportamento paradoxal com a obra dele...

**Ariano Suassuna:** Ele negou toda a obra dele. Aí derrubaram a igreja. Quando derrubaram, eu pedi demissão no outro dia. Aí eu saí do Conselho.

**Fabiano dos Santos:** Houve manifestações da comunidade pelo menos, dos fiéis, daquelas pessoas que pertenciam à paróquia? Do padre?

**Ariano Suassuna:** Do pessoal da igreja, sim. Houve, houve. Inclusive a irmandade que sustentava a igreja me mandou uma pedra dela, o que me deixou muito honrado.

**Fabiano dos Santos:** Bem, e a Universidade? Ela mantinha relações com o Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco? Você foi diretor também do Departamento de Extensão da Universidade?

**Ariano Suassuna:** O Conselho ajudou muito, por meu intermédio, os programas culturais da Universidade que eu dirigia. Mesmo depois, apesar do meu rompimento. Quero também dizer outra coisa. Depois da minha saída do Conselho, o Ministro da Educação, que muito curiosamente era militar, apoiou o meu trabalho na Universidade. Chamava-se Ney Braga. Mas houve um momento em que eu tive problemas também na Universidade por causa da intromissão dos

órgãos de segurança do Estado no nosso trabalho. O reitor era o professor Murilo Guimarães, que me garantia toda a autonomia, toda a liberdade. Mas, depois houve mudança de reitor, que me fez também apelo pra eu continuar, além do próprio Dr. Murilo, que me dizia: ‘Eu acho o seu trabalho tão importante que eu queria que você continuasse’. Eu dizia: ‘Está certo, eu vou ficar, se o senhor me der condições’. Mas começou a haver intromissão e eu deixei também o Departamento de Extensão Cultural da Universidade

**Fabiano dos Santos:** E o Movimento Armorial? Ele dialogou, a partir dos anos 70, com as políticas de cultura do Conselho Estadual de Pernambuco?

**Ariano Suassuna:** Olhe, eu tinha muito cuidado com isso (risos). É que eu sou meio centralizador e meio individualista, então, eu não queria ninguém mandando no Movimento Armorial não, está certo? (risos). Eu não queria muito contato, pra evitar intromissões.

**Fabiano dos Santos :** Como você analisa as relações dos Conselhos Federal e Estadual de Cultura no que se refere às culturas tradicionais, especialmente às culturas do nordeste brasileiro?

**Ariano Suassuna:** Não tenho uma visão muito geral sobre isso. Como eu disse a você, eu me limitei, enquanto estava no Conselho Federal, a lutar no sentido de canalizar verbas para o nordeste, em função da qualidade das demandas. Em geral, defendia e normalmente conseguia o apoio do Conselho. Agora, de modo geral, eu acho que dependia muito das próprias manifestações locais, esse relacionamento. Eu me limitava a defender os interesses do Teatro no Brasil inteiro, não é?

**Fabiano dos Santos:** Como você analisou as relações da Secretaria de Cultura com o Conselho Estadual nos três momentos em que foi Secretário Municipal e Estadual? Que políticas, programas e projetos você destacaria como importantes nesse período?

**Ariano Suassuna:** Bom, quando eu fui Secretário de Cultura do Recife (foi o 1º cargo que eu exerci), eu tinha acabado de sair do Departamento de Extensão Cultural da Universidade por causa das intromissões a que já me referi. O meu Departamento publicava o Jornal Universitário e lidava diretamente com artistas que naquela época eram considerados suspeitos e muitas vezes eram perseguidos pelo regime militar. Eu dizia sempre ao reitor que não admitia intromissões no nosso trabalho e ele concordava. Um dia, eu recebi um envelope, aliás, cômico, ridículo, porque eu nunca vi uma coisa daquela. O envelope era dirigido ao Departamento, ao diretor do Departamento de Extensão Cultural, e em cima tinha escrito: Confidencial. Bom, eu abri o envelope onde estava determinado que eu deveria chamar cada integrante, cada funcionário do Departamento de Extensão

Cultural, e perguntar se ele já tinha pertencido a algum partido político, se já tinha pertencido a alguma organização marxista, e por aí ia. No mesmo dia, eu fui procurar o pro-Reitor, ao qual era subordinado, e disse a ele: ‘Olhe, eu expliquei ao reitor e a você que não admitia interferência nenhuma nessa linha. Então, você veja isso aqui. Inclusive é ridículo por que é confidencial. Agora me diga como é que eu vou, como é que iria responder, como iria chamar o camarada e... Só se fosse como o agente secreto português que... Eu não sei se você conhece a história do agente secreto português. Ele tomou o avião em Lisboa e desceu em Paris. Aí entrou no táxi e o motorista perguntou: ‘Para onde é que o senhor vai?’ Aí ele disse: ‘Não posso dizer, que a missão é secreta’ (risos). Então, como é que eu ia manter confidencial essa tarefa? Eu ia me transformar num inquisidor. Ele me disse: ‘Não, pelo amor de Deus, isso foi um engano! Isso era pra mandar pra outros lugares’. Ele rasgou o documento mas eu já fiquei de orelha em pé! No outro dia, passaram-se uns dois meses, um poeta que trabalhava comigo no Departamento, Ângelo Monteiro, e que tinha sido preso pelo Regime Militar, publicou um poema no Jornal da Universidade que foi considerado subversivo. Naquele momento artistas não arranjavam trabalho em canto nenhum, eram quase considerados como leprosos! E eu coloquei lá, esse poeta, comigo. Aí me chamaram pra eu dar explicações e pra eu perguntar a Ângelo Monteiro. Mandeí uma carta dizendo que o poeta gozava da minha confiança, e aí eu fiz a carta de um jeito que eles não podiam publicar posição nenhuma contra ele, senão ia ficar uma coisa muito feia. Eles não queriam bater comigo diretamente. Aí eu pedi a demissão e saí. Ângelo foi mantido lá, mas, três ou quatro meses depois, ficaram desempregados os meus artistas. Ângelo Monteiro não, porque era contratado como funcionário, eu contratei ele, mas os artistas tinham remuneração por concerto, por exemplo. O Quinteto Armorial, por exemplo, ficou desempregado. Além do mais, o diretor, que se seguiu a mim na Universidade, começou a perseguir o Quinteto. Como eu era amigo do Reitor da Paraíba, pedi pra ele que o Quinteto fosse pra lá, o que aconteceu. Nesse momento, o prefeito me chamou pra Secretário de Cultura. Mandeí buscar o Quinteto de novo, criei o Balé Armorial, e foi aí que eu pude dar continuidade ao Movimento Armorial.

**Fabiano dos Santos:** Quais são, para você, os principais desafios de um Conselho de Cultura, seja ele Municipal, Estadual ou Nacional? Quais serão esses principais desafios?

**Ariano Suassuna:** Olhe, o que eu vou dizer agora, é uma coisa até antipática, e eu sei que vai me fazer muitas antipatias por parte dos meus. Mas eu hoje acho que Conselho de Cultura não serve pra nada, está certo? (risos)

**Fabiano dos Santos:** Ariano, muito obrigado!